

Setor elétrico dá novo passo na luta contra aumento da cobrança de PIS/Cofins

Projeto de lei que exclui setor do regime de não-cumulatividade retorna para Comissão de Minas e Energia da Câmara

Gisele de Oliveira, da Agência CanalEnergia, Negócios

30/03/2006

O setor elétrico dá mais um passo no embate contra o aumento da cobrança do PIS/Cofins. Isto porque retornou à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados a apreciação do projeto de lei nº 6.063/2005, do deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), que exclui o setor elétrico do regime não-cumulativo da contribuição dos tributos, retornando, com isso, a cobrança anterior, de 3,65%. A medida é um antigo pleito dos agentes do setor, que foram contra à manutenção da cobrança da alíquota PIS/Cofins de 9,25%.

Antes de retomar à comissão, o projeto de lei havia sido declarado prejudicado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), por conta da lei 11.196/05. Um dos pontos da lei excluía a cobrança dos tributos sobre fontes alternativas de energia, mas foi vetado pela Presidência da República. Em sua reconsideração, o líder do PSDB, deputado Jutahy Júnior, mostrou que o PL do Eduardo Gomes prevê a exclusão do regime a toda a cadeia produtiva do setor - geração, distribuição, transporte e comercialização, ao contrário da lei. Com a retomada do projeto de lei para apreciação na Comissão de Minas e Energia, o setor ganha novo fôlego.

Na avaliação de **Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica**, a iniciativa mostra o quanto o setor elétrico está sobrecarregado com encargos e impostos. Ele lembrou que, caso seja mantido o regime da não-cumulatividade, o consumidor industrial terá um impacto de até 4% na conta de luz, e o residencial de até 2%. "Se acatado esse regime, haverá um aumento imediato na conta do consumidor", comentou. O executivo ressaltou ainda que, na época em que foi votado o atual regime, vários setores foram beneficiados com a exclusão, exceto a área de energia elétrica.

"Alguns setores que não têm relação com serviço público foram atendidos em seus pleitos. No entanto, o setor elétrico, que atende a cerca de 90% da população brasileira, ficou de fora desse benefício", desabafou. Para ele, a expectativa, agora, é que a tramitação na comissão tenha um desdobramento favorável ao setor. Se aprovado na CME, o projeto de lei seguirá para votação no Senado Federal.